

É preciso criar um SUS da Segurança Pública, diz Gilmar Mendes

Há pouco menos de duas semanas, o Rio de Janeiro viu passar uma fila de veículos da Polícia Militar do Estado e tanques de guerra blindados da Marinha. Eles se dirigiam à zona norte da cidade onde, em uma operação de guerra, ocuparam os morros dos Complexos da Penha e do Alemão, depois que carros e ônibus foram atacados em vários pontos do estado, sobretudo na capital fluminense. A cena mostrou como funciona a Segurança Pública no Brasil: enquanto os estados cuidam da rotina do dia-a-dia, a União é chamada a atuar apenas em caráter emergencial. Para o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, essa situação é insustentável: "Parece que não pode ser mais assim."

O ministro lembrou que o crime é internacional e interestadual. Depois de participar de um evento sobre o Sistema Único de Saúde, na Escola da Magistratura do Rio de Janeiro (Emerj), o ministro disse à **ConJur** que é preciso criar um SUS da Segurança Pública.

Através do SUS, serviços e ações de saúde são interligados em uma rede que compreende equipamentos, instalações e recursos dos governos federal, estadual e municipal. Este modelo que tem dado certo na saúde, entende o ministro, pode ser estendido também à Segurança Pública.

Gilmar Mendes entende que endurecer a lei por endurecer não faz sentido, é preciso que se cumpra a legislação que já existe. "Celular no presídio é proibido", disse o ministro. Isso significa que o instrumento legal para evitar o uso de celular na prisão já existe. Basta, agora, que se garanta a aplicação do dispositivo legal para solucionar o problema de comunicação indevida dos detentos.

Durante o 4º Encontro Nacional do Judiciário, também no Rio de Janeiro, o presidente do Supremo, ministro Cezar Peluso, também afirmou que o país tem leis suficientes. O que falta, segundo ele, é cumpri-las. Questionado sobre a quebra de sigilo entre advogado e cliente, o ministro afirmou que isso está fora de questão.

A possibilidade de gravar conversas entre clientes e advogados ganhou força depois dos ataques de violência no Rio. Segundo as autoridades de Segurança Pública do estado, as ordens dos ataques partiram de dentro dos presídios federais, com os chefes do tráfico usando a conversa com seus defensores para transmitir ordens a seus comandados nas favelas.

A ideia, que não é nova, já que alguns presídios federais adotaram a prática, foi repudiada pelo presidente da OAB, Ophir Cavalcante. Ele classificou a proposta de "inconstitucional, ilegal e inadmissível". "No Estado Democrático de Direito se garante ao cidadão, mesmo preso, entrevistar-se com seu advogado reservadamente, guardando o sigilo dessa conversa por lei", afirmou Cavalcanti. "Da mesma forma, não se admite a escuta de conversa entre advogado e cliente, mesmo estando esse em unidade prisional", disse o presidente da OAB-SP, Luiz Flávio Borges D'Urso.

Conforme a **ConJur** [revelou](#) em junho deste ano, os presídios federais de Catanduvas, no Paraná, e de Campo Grande possuíam câmeras nos parlatórios, com gravação de áudio e vídeo. A ideia era garantir maior segurança e efetividade no combate ao crime organizado e o dispositivo poderia ser acionado em caso de autorização judicial e de o advogado ser acusado de participação em crimes.

Date Created

12/12/2010